

**A PERSPECTIVA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO)
SOBRE A PREVENÇÃO E REPRESSÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ÂMBITO
DA LEI MARIA DA PENHA**

THE PERSPECTIVE OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS (PMGO)
ON THE PREVENTION AND REPRESSION OF DOMESTIC VIOLENCE UNDER THE
MARIA DA PENHA LAW

Yuri Fernandes Maciel¹
James Plínio Das Graças Nunes²

RESUMO

Este estudo investiga a perspectiva da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) em relação às estratégias de prevenção e repressão da violência doméstica no contexto da Lei Maria da Penha, com enfoque na cidade de Goiânia. O problema de pesquisa central é analisar como a perspectiva da PMGO influencia a eficácia da aplicação da lei e a segurança das vítimas. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa envolve entrevistas detalhadas com membros da PMGO. Além disso, a coleta de dados será realizada por meio de um questionário virtual hospedado na plataforma Google Forms. Os resultados desta investigação fornecem informações cruciais sobre as práticas e desafios enfrentados pela PMGO na aplicação da Lei Maria da Penha em Goiânia, contribuindo para a compreensão das políticas de combate à violência de gênero e seu impacto na sociedade.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Prevenção. Repressão.

ABSTRACT

This study investigates the perspective of the Military Police of the State of Goiás (PMGO) regarding strategies for the prevention and repression of domestic violence within the context of the Maria da Penha Law, focusing on the city of Goiânia, Brazil. The central research problem is to analyze how the PMGO's perspective influences the effectiveness of law

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma E da 4ª CIA, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: yuri.maciell@goias.gov.br,

² Professor orientador: 1º Sgt PM 32.537 JAMES Plínio das Graças Nunes, titulação, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, 20 de outubro de 2023.

enforcement and the safety of victims. Using a qualitative approach, the research involves in-depth interviews with PMGO members. Additionally, data collection will be conducted through a virtual questionnaire hosted on an online platform. The results of this investigation provide crucial insights into the practices and challenges faced by the PMGO in implementing the Maria da Penha Law in Goiânia, contributing to the understanding of policies to combat gender-based violence and their impact on society.

Keywords: Maria da Penha Law. Prevention. Repression.

1 INTRODUÇÃO

A problemática da violência contra a mulher constitui um dilema profundamente enraizado nas sociedades ao redor do mundo, transpondo barreiras culturais, econômicas e sociais. Esta questão afeta mulheres de todas as idades, origens étnicas e classes sociais, acarretando não apenas prejuízos ao seu bem-estar individual, mas também ameaçando a coesão social e a estabilidade.

Neste contexto, diversos países têm implementado políticas e legislações voltadas para a mitigação desse desafio complexo, sendo a Lei Maria da Penha um alicerce importante no Brasil. No entanto, a eficácia da aplicação dessa legislação repousa, em grande medida, na atuação das forças policiais, que assumem um papel crucial na prevenção, repressão e proteção das vítimas de violência doméstica.

Dessa maneira, a investigação da perspectiva das instituições policiais, como a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), em relação às estratégias de prevenção e repressão da violência doméstica, emerge como um campo de estudo de suma importância para a compreensão de como essas políticas se concretizam na prática e impactam a segurança das mulheres.

A presente pesquisa busca estabelecer um contexto geral para a análise das estratégias empregadas pela PMGO no combate à violência doméstica, sobretudo no âmbito da Lei Maria da Penha, identificando e explorando o cerne do problema que direcionará nossa investigação. O problema de pesquisa que nos conduz é o seguinte: Qual é a perspectiva da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) em relação às estratégias de prevenção e repressão da violência doméstica no contexto da Lei Maria da Penha, e como essa perspectiva influencia a eficácia da aplicação da lei e a segurança das vítimas?

Este questionamento norteará nossa investigação e servirá como base para a formulação de nossos objetivos. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a perspectiva da PMGO em relação às estratégias de prevenção e repressão da violência doméstica no âmbito da Lei Maria da Penha, avaliando seu impacto na eficácia da aplicação da lei e na segurança das vítimas.

Complementando nosso objetivo geral, os objetivos específicos deste estudo consistem em identificar as estratégias adotadas pela PMGO para prevenir a violência doméstica, avaliar como a perspectiva da PMGO influencia a repressão e punição de agressores envolvidos em casos de violência doméstica, e investigar o papel desempenhado pela PMGO na proteção e assistência às vítimas de violência doméstica, incluindo a disponibilidade de recursos e apoio.

A relevância desta pesquisa para a Polícia Militar de Goiás é incontestável, visto que proporciona a oportunidade de avaliar e aprimorar suas práticas e estratégias no enfrentamento da violência doméstica. Essa validação tem um caráter social substancial, envolvendo a gestão da instituição e contribuindo para a construção de uma sociedade mais segura e igualitária.

Quanto ao método de pesquisa, esta investigação adotará uma abordagem qualitativa, envolvendo entrevistas na cidade de Goiânia-GO. Essa metodologia permitirá uma compreensão profunda das dinâmicas internas da PMGO e enriquecerá a análise das práticas e desafios enfrentados na aplicação da Lei Maria da Penha. A condução da pesquisa ocorrerá dentro de um período determinado e em espaços específicos relacionados às operações da PMGO, garantindo a precisa delimitação do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência doméstica contra a mulher é uma preocupação global que tem impulsionado pesquisas e políticas públicas em diversos países. A violência contra a mulher é “resultado de uma construção cultural, política e religiosa que se apoia nas diferenças de gênero” (ACOSTA, p.548, 2013). Essa construção acabou por naturalizar e legitimar a desigualdade de poder, justificando a dominação masculina sobre o sexo feminino. Como consequência, a forma mais comum de violência contra as mulheres é aquela cometida por parceiros íntimos, independentemente de raça, religião, classe social e econômica dos envolvidos.

É amplamente reconhecido que a violência é influenciada por uma intrincada interação de diversos fatores que afetam o comportamento das pessoas, aumentando ou diminuindo a probabilidade de alguém se tornar vítima ou agressor. Nesse contexto, a falta de acesso à educação, as disparidades sociais, o consumo de drogas e as precárias condições de

infraestrutura nas comunidades parecem agravar esse fenômeno, elevando o risco das mulheres que vivenciam essa situação (TEIXEIRA e MENEGHE, 2015).

A Lei Maria da Penha no Brasil representa um marco legal importante para a proteção das mulheres. Segundo Lima (2016), a Lei Maria da Penha é um instrumento crucial na luta contra a violência doméstica e tem sido acompanhada por políticas públicas que visam promover a igualdade de gênero. Esses esforços conjuntos são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nogueira (2023) ressaltam que o sistema de justiça desempenha um papel crucial na proteção das vítimas de violência doméstica. No entanto, eles também destacam que o sistema enfrenta desafios significativos, como a morosidade nos processos judiciais e a necessidade de capacitação contínua dos profissionais envolvidos.

De acordo com Carneiro (2012), a eficácia das políticas públicas na redução da violência de gênero depende da implementação adequada da Lei Maria da Penha. Isso envolve não apenas a criação de leis, mas também a garantia de que elas sejam aplicadas de forma efetiva no dia a dia, com recursos adequados e treinamento adequado para os profissionais envolvidos.

Ventura, Mendonça e Brigagão (2023) argumentam que a construção de um ambiente seguro para as mulheres enfrenta obstáculos relacionados à aplicação das políticas públicas. Além disso, eles destacam a importância de considerar questões culturais e sociais que contribuem para a perpetuação da violência de gênero.

Segundo Nogueira (2023), a aplicação da Lei Maria da Penha envolve desafios práticos e legais que precisam ser compreendidos para aprimorar sua implementação. Isso inclui questões relacionadas à capacitação da polícia, ao atendimento às vítimas e à coordenação entre diferentes órgãos governamentais.

Conforme Ventura, Mendonça e Brigagão (2023), os policiais militares muitas vezes enfrentam desafios únicos ao lidar com casos de violência doméstica. Eles podem ser confrontados com situações altamente voláteis, onde a segurança das vítimas, dos agressores e deles próprios está em risco.

Além disso, esses profissionais podem enfrentar obstáculos na coleta de evidências e no depoimento das vítimas, devido ao medo, à intimidação e à pressão exercida pelos agressores. A sensibilidade e o treinamento adequado são fundamentais para garantir que os policiais militares possam desempenhar um papel eficaz na prevenção e repressão da violência doméstica, ao mesmo tempo em que protegem os direitos e a segurança das vítimas.

Essas abordagens combinadas, que vão desde políticas públicas até desafios práticos, fornecem uma visão abrangente da Lei Maria da Penha e da proteção das mulheres contra a

violência doméstica no Brasil. É fundamental considerar todas essas perspectivas ao investigar a visão da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) sobre a prevenção e repressão da violência doméstica no âmbito dessa legislação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada com os alunos matriculados nos Cursos de Formação de Praças (CFP) e de Formação de Oficiais (CFO) ofereceu uma perspectiva fundamental sobre as práticas adotadas e os desafios enfrentados por futuros profissionais. Esta abordagem qualitativa, centrada nas entrevistas e na análise cuidadosa de dados por meio do Google Forms, buscou explorar as percepções, conhecimentos e expectativas dos estudantes em formação.

Ao longo deste estudo, emergiram padrões e temas relevantes que proporcionaram uma compreensão mais clara das perspectivas dos estudantes em relação aos desafios e práticas associadas aos campos de atuação para os quais estão se preparando. Esta seção de discussão dos resultados visa explorar e interpretar os achados, destacando insights e áreas potenciais de desenvolvimento que podem impactar suas futuras carreiras e contribuir para uma atuação mais eficaz e sensível às necessidades da sociedade.

O intuito principal é oferecer uma reflexão abrangente sobre as percepções dos estudantes, identificar áreas para possíveis melhorias no ensino ou práticas institucionais, e, por fim, fornece orientações que possam ser úteis no aprimoramento de suas preparações para o campo profissional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada com os alunos inscritos nos Cursos de Formação de Praças (CFP) e de Formação de Oficiais (CFO) ofereceu uma investigação aprofundada e qualitativa sobre o funcionamento e as práticas institucionais.

Adotando uma abordagem qualitativa, que envolveu a realização de entrevistas com os alunos, análise minuciosa de periódicos, teses e a coleta de dados por meio da plataforma Google Forms, possibilitou a exploração das percepções, conhecimentos e perspectivas desses futuros profissionais em formação.

Vale destacar que o período da pesquisa teve início em 20 de outubro de 2023 e a coleta de dados foi encerrada em 2 de novembro de 2023.

Quais são os procedimentos padrão da Polícia Militar ao receber uma denúncia de violência doméstica?

83 respostas

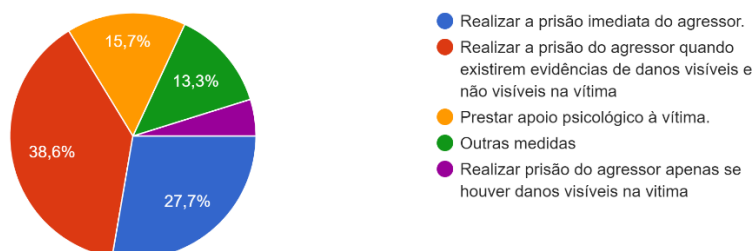


Figura 1. Gráfico referente à pergunta 1.

Fonte: pesquisa de campo

Ao indagar sobre os procedimentos padrão da Polícia Militar diante de denúncias de violência doméstica, os resultados revelaram uma ampla gama de perspectivas. Cerca de 27,7% dos participantes apontaram a favor da prisão imediata do agressor no momento da denúncia, independentemente das circunstâncias.

Por outro lado, a maioria dos respondentes, representando aproximadamente 38,6%, sustentou a posição de que a prisão do agressor deveria ocorrer somente diante de evidências claras de danos na vítima, sejam eles visíveis ou não. Em contrapartida, aproximadamente 15,7% dos entrevistados indicaram que o foco inicial deveria ser a oferta de apoio psicológico à vítima. Além disso, cerca de 13,4% dos participantes manifestaram preferência por outras medidas não especificadas, sugerindo uma diversidade de opiniões ou possíveis alternativas de procedimentos.

Essa variabilidade de respostas reflete a complexidade e diversidade de opiniões acerca das ações a serem tomadas em casos de violência doméstica pela Polícia Militar, evidenciando diferentes abordagens e enfoques possíveis para lidar com essas situações.

Como a Polícia Militar previne a violência contra a mulher em comunidades locais?

83 respostas

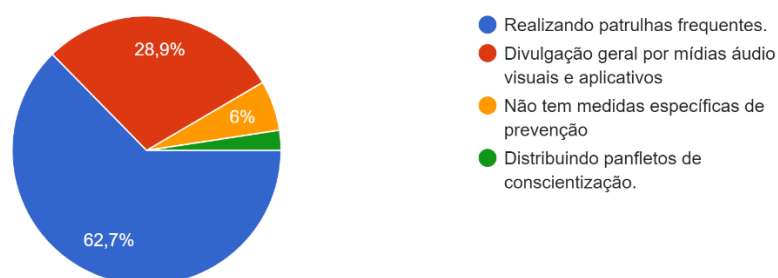


Figura 1. Gráfico referente à pergunta 2.

Fonte: pesquisa de campo

Ao explorar as práticas de prevenção da violência contra a mulher nas comunidades locais, os dados revelam que a maioria dos respondentes, aproximadamente 62,7%, identificou que a Polícia Militar emprega a realização de patrulhas frequentes como estratégia preventiva primária. Cerca de 28,9% dos participantes destacaram a divulgação geral por meio de mídias áudio visuais e aplicativos como método de prevenção utilizado. Por outro lado, uma parcela menor, representando 6% dos entrevistados, indicou que não há medidas específicas de prevenção adotadas pela Polícia Militar em relação à violência contra a mulher nas comunidades locais.

Quais recursos a Polícia Militar oferece às vítimas de violência doméstica para garantir sua segurança?

82 respostas

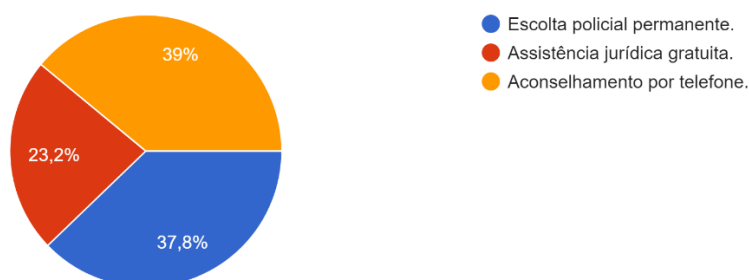


Figura 1. Gráfico referente à pergunta 3.

Fonte: pesquisa de campo

Os dados coletados revelam uma diversidade de perspectivas. Aproximadamente 37,8% dos entrevistados indicaram que a instituição disponibiliza escolta policial permanente como uma medida de garantia de segurança. Em contrapartida, cerca de 23,2% dos participantes

apontaram a assistência jurídica gratuita como recurso fornecido pela Polícia Militar para auxiliar as vítimas nesse contexto. Adicionalmente, cerca de 39% dos respondentes destacaram o aconselhamento por telefone como um recurso oferecido pela instituição para garantir a segurança das vítimas de violência doméstica.

Quais programas de conscientização sobre violência de gênero a Polícia Militar oferece à comunidade?
82 respostas

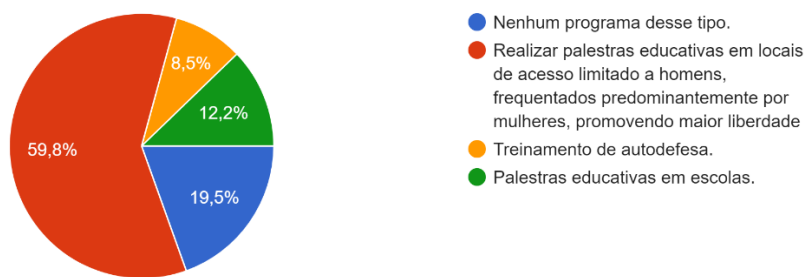


Figura 1. Gráfico referente à pergunta 4.

Fonte: pesquisa de campo

Os dados revelaram a diversidade de programas de conscientização sobre violência de gênero oferecidos pela Polícia Militar à comunidade. Cerca de 19,5% indicaram a ausência de programas desse tipo, enquanto 59,8% mencionaram a realização de palestras educativas em locais de acesso restrito a homens, frequentados predominantemente por mulheres. Além disso, 8,5% destacaram o treinamento de autodefesa e 12,2% mencionaram a realização de palestras educativas sobre violência de gênero nas escolas.

Como a Polícia Militar colabora com outras instituições para combater a violência de gênero?
82 respostas

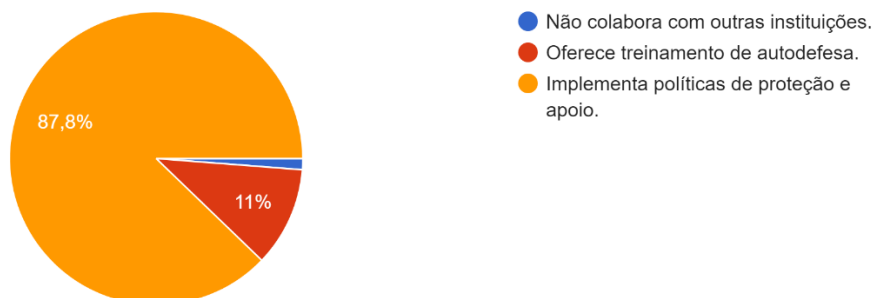


Figura 1. Gráfico referente à pergunta 5.

Fonte: pesquisa de campo

Apenas 1,2% indicaram que não há colaboração com outras entidades. Enquanto isso, 11% destacaram a oferta de treinamento de autodefesa como uma forma de colaboração, e expressivos 87,8% mencionaram a implementação de políticas de proteção e apoio como a principal forma de colaboração da Polícia Militar com outras instituições para combater a violência de gênero.

Como a Polícia Militar aborda a questão da sensibilização de gênero em sua formação?

81 respostas

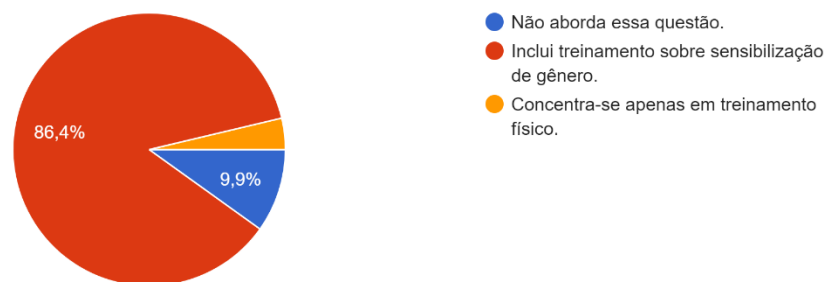


Figura 1. Gráfico referente à pergunta 6.

Fonte: pesquisa de campo

Os dados revelam a abordagem da Polícia Militar em relação à sensibilização de gênero em sua formação. Cerca de 9% indicaram que essa questão não é abordada, enquanto expressivos 86,4% afirmaram que a formação inclui treinamento sobre sensibilização de gênero. Apenas 3,7% mencionaram que a formação se concentra exclusivamente em treinamento físico.

Quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar ao lidar com casos de violência doméstica?

82 respostas

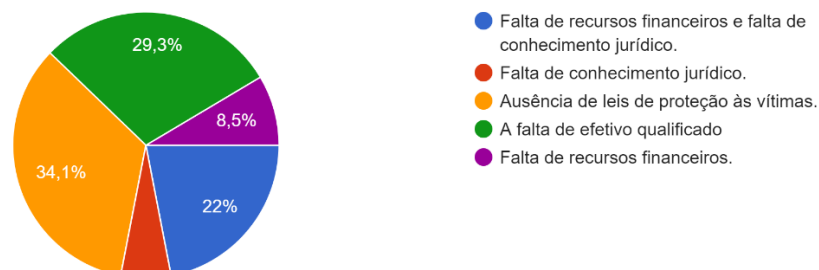


Figura 1. Gráfico referente à pergunta 7.

Fonte: pesquisa de campo

Os dados revelam os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar ao lidar com casos de violência doméstica. Cerca de 22% dos participantes indicaram a falta de recursos financeiros e de conhecimento jurídico como um desafio significativo, enquanto aproximadamente 6,1% apontaram especificamente a falta de conhecimento jurídico.

Cerca de 34,1% mencionaram a ausência de leis de proteção às vítimas como um grande desafio, enquanto 29,3% destacaram a falta de efetivo qualificado. Adicionalmente, cerca de 8,5% dos respondentes apontaram a falta de recursos financeiros como um dos desafios principais enfrentados pela Polícia Militar ao lidar com casos de violência doméstica. Essas respostas refletem uma variedade de desafios, desde a carência de recursos financeiros e de pessoal qualificado até lacunas no conhecimento jurídico e na legislação de proteção às vítimas.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa sobre a abordagem da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) em relação à violência doméstica revelam uma diversidade de práticas e procedimentos adotados pela instituição. As abordagens variadas ao lidar com denúncias de violência doméstica, representadas pela considerável parcela de 38,6% que opta por realizar a prisão do agressor quando evidências de danos são identificadas na vítima, e 27,7% que propõem a prisão imediata, evidenciam a variedade de protocolos e a complexidade na tomada de decisões em situações de emergência.

Em relação às medidas preventivas, o elevado percentual de 62,7% que indica a realização de patrulhas frequentes revela uma abordagem proativa para mitigar a violência doméstica, enquanto os 6% que reportam a ausência de medidas específicas apontam para uma possível lacuna nessa área. Isso sugere a necessidade de uma abordagem mais sistêmica e abrangente na prevenção desse tipo de violência.

Os recursos oferecidos às vítimas destacam-se pela diversidade de suporte disponibilizado. A presença equilibrada entre assistência jurídica gratuita (23,2%), aconselhamento por telefone (39%) e escolta policial permanente (37,8%) sugere uma variedade de estratégias para apoiar as vítimas, possibilitando um amplo leque de opções para as pessoas afetadas pela violência doméstica.

Em relação à conscientização sobre a violência de gênero, os resultados indicam uma ênfase considerável na realização de palestras educativas em locais específicos (59,8%), mas revelam uma proporção significativa de 19,5% que reportam a inexistência de programas desse tipo. Essa lacuna apontada nos dados sugere a necessidade de uma ampliação na disseminação de informações e educação sobre a violência de gênero.

A colaboração com outras instituições para combater a violência de gênero, indicada por 87,8% na implementação de políticas de proteção e apoio, denota uma postura colaborativa e uma integração efetiva com outras entidades no enfrentamento desse problema. A inclusão do treinamento sobre sensibilização de gênero, apontada por 86,4%, sugere um esforço na introdução de conhecimentos e práticas mais sensíveis em relação à questão de gênero, mostrando um comprometimento em abordar esse tema nos treinamentos da Polícia Militar.

Por fim, os desafios enfrentados pela Polícia Militar, especialmente a ausência de leis de proteção às vítimas (34,1%), falta de efetivo qualificado (29,3%) e a necessidade de recursos financeiros e conhecimento jurídico (22%), destacam áreas cruciais que requerem atenção e desenvolvimento para fortalecer a eficácia no enfrentamento da violência doméstica.

Essa análise dos resultados destaca a complexidade do tema e a diversidade de abordagens adotadas pela Polícia Militar de Goiás. É fundamental considerar esses resultados como uma base para aprimorar as políticas e práticas, promovendo um ambiente mais seguro e igualitário para as vítimas de violência doméstica. As conclusões extraídas da pesquisa podem servir como uma nova perspectiva para aprimorar as estratégias de atuação da Polícia Militar nessa área sensível, contribuindo para uma sociedade mais segura e igualitária

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta pesquisa, emerge uma panorâmica abrangente sobre a abordagem da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) em relação à violência doméstica, a partir da análise dos resultados obtidos junto aos alunos matriculados nos Cursos de Formação de Praças (CFP) e de Formação de Oficiais (CFO). As considerações destacam a complexidade inerente ao enfrentamento desse fenômeno delicado.

A diversidade de perspectivas evidenciada nos resultados, especialmente em relação à prisão imediata do agressor, estratégias preventivas e recursos destinados às vítimas, ressalta a necessidade de compreensão e flexibilidade diante das singularidades de cada situação. Salienta-se, de maneira positiva, a ênfase na conscientização de gênero por meio do treinamento (86,4%) e a cooperação com outras instituições (87,8%), indicando esforços consideráveis na promoção de uma abordagem mais sensível e colaborativa no combate à violência de gênero.

Não obstante, a identificação de desafios, como a ausência de leis específicas de proteção às vítimas, a carência de efetivo qualificado e a necessidade de recursos financeiros e conhecimento jurídico, evidencia áreas específicas que demandam atenção e investimento.

Diante desse cenário, as conclusões apontam para a necessidade premente de um aprimoramento contínuo das práticas da PMGO no enfrentamento da violência doméstica. Recomenda-se investimentos em treinamento específico para lidar com casos sensíveis, o fortalecimento da colaboração interinstitucional e a revisão de políticas para reforçar a proteção às vítimas.

No que concerne ao alcance dos objetivos propostos, a pesquisa logrou êxito ao proporcionar uma compreensão aprofundada das práticas e desafios enfrentados pela PMGO em relação à violência doméstica. A principal lição extraída reside na imperatividade de uma abordagem holística e adaptável para lidar com as nuances desse problema social.

Quanto às recomendações para estudos futuros, sugere-se a continuidade da pesquisa com uma amostra mais ampla e diversificada, contemplando dados de diferentes regiões e incorporando a perspectiva das vítimas. Adicionalmente, propõe-se uma avaliação periódica das práticas institucionais, visando garantir a eficácia contínua das estratégias adotadas.

Em resumo, esta pesquisa confere uma contribuição significativa para a compreensão da abordagem da PMGO à violência doméstica. As conclusões proporcionam conhecimentos valiosos que podem orientar decisões e práticas futuras, promovendo uma atuação mais eficaz e sensível no combate a esse grave problema social.

REFERENCIA

ACOSTA, Daniele Ferreira. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. Rio Grande. **Rev. Scielo.** 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000600007>. Acesso em 01 de outubro de 2023.

CARNEIRO, Alessandra Acosta e Fraga. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. *Serviço Social & Sociedade*. 2012, n. 110. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-6282012000200008>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

LIMA, Fátima Maria de. Violência contra a mulher: casos atendidos no hospital regional de araguaína (2014 - 2015). 2016. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.

Nogueira, T. (2023). VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER POR PARCEIRO ÍNTIMO: *Revista Cathedral*, 5(3), 230-242. Disponível em: <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/688>. Acesso em 03 de outubro de 2023.

TEIXEIRA, Elizabeth Fleury; MENEGHEL, Stela N. Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência. Editora Fiocruz, 22. Ed. Rio de Janeiro: 2015.

VENTURA, Yohana Wihby. MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano de. BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado. Frames de uma violência: uma leitura sobre as pressões para a inclusão da pauta da violência contra as mulheres nas políticas públicas brasileiras. Cad. EBAPE.BR, v. 21, nº 2, Rio de Janeiro, e2022-0127, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220127>. Acesso em 02 de outubro de 2023.

APÊNDICE- QUESTIONÁRIO

PÓS GRADUAÇÃO- ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Este questionário faz parte da pesquisa “A Perspectiva da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) sobre a Prevenção e Repressão à Violência Doméstica no âmbito da Lei Maria da Penha”. A pesquisa, coordenada pelo Comando da Academia de Polícia Militar, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública, tem como principal objetivo entender as percepções e experiências dos estudantes matriculadas no Curso de Formação de Praças (CFP), Curso de Formação de Oficiais (CFO) relacionadas à aplicação da Lei Maria da Penha. Não há respostas certas ou erradas; o foco central deste questionário é analisar o conhecimento multidisciplinar dos participantes. Sua participação é fundamental para obter dados que auxiliarão na avaliação das qualificações dos alunos e na identificação de áreas que possam requerer aprimoramento. Agradecemos pela contribuição, que será essencial para continuamente

1- Quais são os procedimentos padrão da Polícia Militar ao receber uma denúncia de violência doméstica?

- I- Realizar a prisão imediata do agressor.
- II- Realizar a prisão do agressor quando existirem evidências de danos visíveis e não visíveis na vítima.
- III- Prestar apoio psicológico à vítima.
- IV- Outras medidas.

2- Como a Polícia Militar previne a violência contra a mulher em comunidades locais?
Realizando patrulhas frequentes.

- I- Divulgação geral por mídias áudio visuais e aplicativos.
- II- Não tem medidas específicas de prevenção.

3- Quais recursos a Polícia Militar oferece às vítimas de violência doméstica para garantir sua segurança?

- I- Escolta policial permanente.
- II- Assistência jurídica gratuita.
- III- Aconselhamento por telefone.



ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



4- Quais programas de conscientização sobre violência de gênero a Polícia Militar oferece à comunidade?

- I- Nenhum programa desse tipo.
- II- Realizar palestras educativas em locais de acesso limitado a homens, frequentados predominantemente por mulheres, promovendo maior liberdade.
- III- Treinamento de autodefesa.

5- Como a Polícia Militar colabora com outras instituições para combater a violência de gênero?

- I- Não colabora com outras instituições.
- II- Oferece treinamento de autodefesa.
- III- Implementa políticas de proteção e apoio.

6- Como a Polícia Militar aborda a questão da sensibilização de gênero em sua formação? Não aborda essa questão.

- I- Inclui treinamento sobre sensibilização de gênero.
- II- Concentra-se apenas em treinamento físico.

7- Quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar ao lidar com casos de violência doméstica?

- I- Falta de recursos financeiros e falta de conhecimento jurídico.
- II- Falta de conhecimento jurídico.
- III- Ausência de leis de proteção às vítimas.
- IV- A falta de efetivo qualificado